O Boletim de Conjuntura (BOCA) publica ensaios, artigos de revisão, artigos teóricos e empíricos, resenhas e vídeos relacionados às temáticas de políticas públicas.

O periódico tem como escopo a publicação de trabalhos inéditos e originais, nacionais ou internacionais que versem sobre Políticas Públicas, resultantes de pesquisas científicas e reflexões teóricas e empíricas.

Esta revista oferece acesso livre imediato ao seu conteúdo, seguindo o princípio de que disponibilizar gratuitamente o conhecimento científico ao público proporciona maior democratizacão mundial do conhecimento.



BOLETIM DE CONJUNTURA

BOCA

Ano V | Volume 13 | Nº 39 | Boa Vista | 2023

http://www.ioles.com.br/boca

ISSN: 2675-1488

https://doi.org/10.5281/zenodo.7747801

BOLETIM DE CONJUNTURA

www.ioles.com.br/boca

O "NOVO NORMAL" EM FOCO: DIÁLOGOS CRÍTICOS SOBRE NORMALIDADE COM CANGUILHEM, DEJOURS E LUKÁCS

Diego de Oliveira Souza [1]

Resumo

Este ensaio trata-se de um estudo teórico desenvolvido com o objetivo de analisar a relação objetividade-subjetividade constituinte das situações de normalidade, a exemplo do "novo normal" suspostamente estabelecido a partir da pandemia da Covid-19. Após caracterizar, grosso modo, o que tem sido chamado de "novo normal" na pandemia, recorre-se ao estudo de teóricos que contribuem para entender os processos de normalidade. Em um primeiro momento, dialoga-se com Georg Canguilhem, em "O normal e o Patológico", e com Cristophe Dejours, em "A banalização da injustiça social". Em um segundo momento, aponta-se os limites das teorias dos dois autores, confrontando-as com a perspectiva de objetividade-subjetividade de Georg Lukács, em "Para a Ontologia do Ser Social", em especial com as categorias "exteriorização", "alienação" e "cotidiano".

Palavras Chave: Canguilhem; Covid-19; Dejours; Lukács; Novo Normal.

Abstract

This essay is a theoretical study developed with the objective of analyzing the objectivity-subjectivity relationship that constitutes situations of normality, such as the "new normal" supposedly established after the Covid-19 pandemic. After characterizing what has been called the "new normal", it resorts to the study of theorists who contribute to understanding the processes of normality. In a first moment, a dialog is established with Georges Canguilhem, in "The Normal and the Pathological", and with Cristophe Dejours, in "The banalization of social injustice". In a second moment, the limits of the theories of both authors are pointed out, confronting them with Georg Lukács' perspective of objectivity-subjectivity, in "Ontology of Social Being", especially with the categories "externalization", "alienation", and "quotidian".

Keywords: Canguilhem; Covid-19; Dejours. Lukács; New Normal.

INTRODUÇÃO

Esse estudo teórico toma o "novo normal" como ponto de partida, considerando a relevância que essa expressão assumiu para designar as alterações nos comportamentos humanos em face da pandemia da *Coronavirus Disease 2019* (Covid-19), estabelecida em março de 2020. A expressão passou a ser largamente utilizada do senso comum ao âmbito científico, sobretudo ligada às implicações do isolamento social e adoção de outras medidas preventivas, como na tentativa de manter a continuidade de atividades laborais e sociais em geral, com segurança, ou até mesmo na interrupção delas, estabelecendo nova rotina.

A expressão "novo normal" pode ser utilizada em vários contextos, mas, em geral, serve para indicar que uma situação estabelecida deu lugar a uma nova, sendo capaz de suspender ou alterar hábitos e atividades cristalizadas socialmente e, portanto, demandando adaptação (por vezes, crítica) do

[1] Professor da Universidade Federal de Alagoas (UFAL). Doutor em Serviço Social pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). E-mail: diego.souza@arapiraca.ufal.br

indivíduo e das coletividades (JAMALUDIN *et al*., 2020). Por exemplo, o estabelecimento de uma nova normalidade pode estar restrito a um complexo social, conforme Pinto (2016) utiliza a expressão, no contexto de um "novo normal" na economia mundial (em 2011), mas, mesmo assim, gerando implicações nas subjetividades, com mudanças no comportamento individual e coletivo. Nesse caso, segundo o autor, as nações precisavam adaptar ou alterar suas políticas econômicas (a exemplo do Brasil, com desaceleração do crescimento), assim como os sujeitos inseridos nos vários ramos produtivos precisavam lidar com as consequências da nova dinâmica (desemprego em alguns setores, falta de força de trabalho em outros etc.).

Pela complexidade das conexões dos diversos complexos sociais, mudanças em complexos decisivos como economia ou saúde repercutem na vida social de forma genérica, como foi observado com a pandemia. Seja em qual for o âmbito, queremos destacar que a suspensão ou alteração das práticas cotidianas, ou ainda, transformações mais radicais, estabelecendo novas normas sociais, implicam processos coletivos de assimilação e ação ante os elementos objetivos.

As novas demandas têm existência objetiva e, por sua vez, demandam novas respostas subjetivas, que retroagem sobre a objetividade, criando um processo contínuo de determinação recíproca, com adaptação ou transformação da nova situação. Comumente, podem ser alterações necessárias, inclusive, para manter o que há de fundamental em certos modos de vida, ainda que essa adaptação não seja livre de crises e sofrimento.

Pretendemos analisar, especificamente, esse trânsito objetividade-subjetividade por entender que ele é o responsável por constituir o que se chama de "normalidade", aquilo que marca a normatividade individual e coletiva no seu agir cotidiano. Pretendemos, ainda, entender se as adaptações sociais suscitadas pela pandemia de Covid-19 constituem, de fato, um "novo normal".

Antes de seguir com a nossa análise, sumariamos alguns estudos que problematizam elementos do "novo normal" pandêmico, visando fazer uma caracterização que nos sirva de ponto de partida para a análise teórica realizada na sequência.

Talvez o símbolo mais emblemático do "novo normal" seja o uso de máscaras, recomendado largamente como uma das medidas mais eficazes na prevenção da transmissão do SARS-CoV-2 (o novo coronavírus). As máscaras passaram a ser obrigatórias em locais públicos em quase todos os países e, estima-se, que mesmo depois da imunização ter ocorrido de forma massiva, o seu uso seguirá sendo recomendado por um tempo considerável, em certas situações. Para Rab, Javaid, Haleem e Vaishya (2020), a amplificação do uso das máscaras representa um "novo normal" produzido pela pandemia e que deve perdurar, ainda que em nível inferior ao estabelecido no auge pandêmico.

Outro aspecto a ser destacado, diz respeito ao trabalho remoto, alternativa muito utilizada na pandemia a fim de garantir que as pessoas ficassem em casa e, com isso, houvesse diminuição da circulação do vírus. Essa modalidade de trabalho, quando realizada a partir de casa, é muitas vezes apelidada de *home office* e já se mostrava uma tendência crescente anteriormente à pandemia, mas foi popularizado e consolidado em meio à crise sócio-sanitária. Na Itália, Bonacini, Gallo e Scicchitano (2021) mostraram que o "*working from home*" se ampliou e já é tido, pelos principais empresários italianos, como a forma "nova e normal" de trabalhar, independentemente do risco de transmissão do novo coronavírus. Porém, é preciso registrar, esse modelo já vem revelando desigualdades para os diferentes grupos de trabalhadores, conforme demonstram os referidos autores. Trata-se de um "novo normal" que tem facilitado a vida de trabalhadores homens, mais velhos, com elevada escolaridade e salários, mas que potencializa as dificuldades para os demais trabalhadores, em especial para as mulheres, com sobreposição do trabalho e da vida doméstica.

Essa "nova" forma de trabalho impactou de forma ainda mais drástica o setor da educação, através, por exemplo, do ensino remoto (TRIA, 2020; SOUZA; MIRANDA, 2020). Se, por um lado, os professores se viram obrigados a trabalhar em casa precariamente, por outro, os estudantes passaram a ter novos desafios para a aprendizagem, muitas vezes sem terem a devida estrutura e dinâmica domiciliar compatível para tal, o que acentuou assimetrias sociais (SENHORAS, 2020). Para Cahapay (2020), os efeitos da pandemia podem transformar a educação para sempre, pois uma nova era pós-pandemia deve se estabelecer, obrigando as coletividades a repensarem as formas de ensino.

Ao que parece, o domínio tecnológico ganhou ainda mais força no "novo" conteúdo da normalidade, sobretudo no mundo do trabalho, até mesmo na saúde (o setor mais demandado pela pandemia), quando a telemedicina/telessaúde se revela uma tendência que continuará a ganhar fôlego, mesmo após a pandemia (BERNABEU-MARTINEZ *et al*, 2020). Assim, diversas ocupações passarão a ter, cada vez mais, suas atividades mediadas pela tecnologia, de forma remota.

De modo heterogêneo, essas características se universalizaram, deixando marcas históricas indeléveis. Além disso, do ponto de vista sócio-sanitário, o "novo normal" sugere que uma maior preocupação com doenças transmissíveis potencialmente pandêmicas permanecerá no radar coletivo, pelo menos a médio prazo. Por outro lado, a onda de explicações distorcidas, "*fake News"* e movimentos negacionistas aumentaram e deverão se perpetuar por outros assuntos, eventos e momentos históricos. Esse emaranhado de novos-velhos elementos, muitos deles apenas amplificados e refuncionalizados, constituem uma amálgama social capaz de movimentar as subjetividades individuais em face de certas condições objetivas. Com efeito, as reflexões aqui trazidas podem contribuir para

decifrar os caminhos estabelecidos neste vai-e-vem entre objetividade e subjetividade no bojo de um suposto "novo normal".

A análise que realizamos estabelece, em um primeiro momento, um diálogo crítico com os argumentos do médico e filósofo francês Georges Canguilhem em "O normal e o patológico"; e com a categoria teórica "normalidade sofrente" do médico do trabalho, psiquiatra e psicanalista francês Cristophe Dejours, aqui apreendida através da obra "A banalização da injustiça social". As teorias dos dois autores trazem linhas de interpretação sobre a relação da subjetividade em face dos processos de constituição do normal e, por isso, são pertinentes ao debate do "novo normal".

Apesar disso, em um segundo momento, apontamos alguns limites das teorias canguilemiana e dejouriana, recorrendo à obra "Para a ontologia do ser social" do filósofo húngaro Georg Lukács, em especial a partir das categorias "exteriorização", "alienação" e "cotidiano". Diferentemente dos outros dois teóricos, Lukács não apresenta uma teoria explícita sobre o que é o normal, mas apresenta as categorias elementares para entender os movimentos do ser social, seja na cotidianidade mais imediata, seja nas grandes irrupções históricas. Além disso, por se pautar nas categorias marxianas do trabalho e da práxis, depreende a dinâmica que se estabelece entre objetividade e subjetividade, seja em termos genéricos, seja na particularidade do capitalismo, o que abre o caminho para um outro entendimento do suposto "novo normal".

O NORMAL EM CANGUILHEM

O percurso de Canguilhem (2009) até chegar ao que ele entende por "normal" perpassa o diálogo crítico com pensadores pretéritos, em especial Auguste Comte, Claude Bernard e René Leriche, tendo a relação com o patológico como chave eurística. Embora por caminhos distintos e com diferenças em suas conclusões (sobretudo de Leriche em relação aos outros dois), a reflexão desses pensadores sobre o normal e o patológico estava circunscrita a uma questão métrica, quantitativa. O patológico e o normal teriam a mesma natureza, sendo que o patológico seria apenas uma variação quantitativa daquilo que é o normal do organismo humano.

A construção canguilhemiana sobre normatividade, norma e normal, portanto, figura no campo da epistemologia das ciências da vida e, não à toa, desemboca em uma reflexão sobre o que é saúde e doença, posteriormente recuperada pela área da Saúde Coletiva de víes crítico (COELHO; ALMEIDA-FILHO, 1999). Não nos cabe aqui, destrinchar pormenores desse debate, embora ele também possa lançar luz sobre algumas reflexões referentes à pandemia, de modo mais amplo. Contudo, considerando o "novo normal" em foco, cumpre apenas salientar que a construção epistemológica do conceito de

normal em Canguilhem (2009) está situada na normatividade do sujeito ante a relação fisiologia-patologia.

Em outras palavras, Canguilhem (2009) dá uma guinada na perspectiva sobre o normal e o patológico, rechaçando a perspectiva quantitativa e alcançando a questão da normatividade. Para o autor, o patológico não é uma métrica diferenciada do normal, uma vez que ele também pressupõe uma forma de norma, embora qualitativamente diferente. Isso significa que o anormal, aquilo que está despossuído de norma, é retirado do horizonte de definição do patológico e, em seu lugar, situa-se a capacidade de estabelecer uma nova norma, ainda que qualitativamente inferior ao estado anterior. Nas palavras do autor:

> Não é absurdo considerar o estado patológico como normal, na medida em que exprime uma relação com a normatividade da vida. Seria absurdo, porém, considerar esse normal idêntico ao normal fisiológico, pois trata-se de normas diferentes. Não é a ausência de normalidade que constitui o anormal. Não existe absolutamente vida sem normas de vida, e o estado mórbido é sempre uma certa maneira de viver (GANGUILHEM, 2009, p. 92).

É trazido ao debate, dessa forma, a noção de um patológico normal como reflexo da indissociabilidade entre norma e vida. Qualquer condição de vida é forjada sob alguma norma e, com isso, a passagem de um estado a outro (de um certo fisiológico a um certo patológico) implica tão somente a necessidade/capacidade de o indivíduo ser normativo e seguir a sua vida sob um novo normal.

Nessa esteira de pensamento, mesmo a doença assume relatividade ante o processo de normatividade, uma vez que, embora ela não se confunda com o patológico, apenas se estabelece quando o indivíduo perde a capacidade de ser normativo, isto é, seguir novas normas em sua vida em face da mudança de seu estado. A saúde, por sua vez, é o estado no qual o indivíduo consegue ser normativo, mesmo diante de um estado patológico. A relatividade do processo é eminente, uma vez que a definição de doença escapa às mãos da ciência e técnica médica *per si*, como queria Leriche, e passa a ser o resultado da análise do estado do indivíduo comparado com ele mesmo, em estados pregressos. O fulcro da análise passa a ser a dimensão qualitativa expressa na consubstanciação de um novo conteúdo de normas capaz de fazer a vida seguir estabilizada – resultado da ação normativa do indivíduo.

Obviamente, essa normatividade do indivíduo ocorre dentro de uma maleabilidade possível face à construção coletiva das normas; construção essa que estabelece modos de ser fisiológicos possíveis em determinado meio. Assim, ainda que o normal esteja consignado à normatividade do indivíduo colocado no centro do processo, Canguilhem (2009) evoca a dimensão coletiva quando reconhece a existência de normas dentro de gêneros de vida.

Na obra, por ocasião da sua segunda parte, Canguilhem (2009) também empreende um esforço para conectar o vital (logo, a norma) ao social, alçando essa conexão a um novo patamar, considerando as exigências coletivas em face da norma ou vice-versa. A discussão canguilhemiana se mostra mais madura a esse ponto, até porque foram vinte anos de maturação entre a primeira e a segunda partes do livro. É nessa ampliação da discussão da norma em face da organização social que localizamos o argumento canguilhemiano mais afeito à análise do "novo normal pandêmico", uma vez que o autor problematiza como se estabelecem as normas sociais (para além do indivíduo em situação de saúde-doença), aquilo que determina certo gênero de vida (ou de andar a vida).

Trata-se de uma normatividade social que, ao contrário da normatividade natural, não produz inevitavelmente um efeito, mas se coloca como possibilidade. Ou seja, constitui-se como "possibilidade de uma referência quando foi instituída ou escolhida como expressão de uma preferência e como instrumento de uma vontade de substituir um estado de coisas insatisfatório por um estado de coisas satisfatório" (CANGUILHEM, 2009, p. 109).

Se na relação entre norma e vida Canguilhem (2009) coloca o horizonte do organismo vivo seguir estável em um novo patamar de normalidade instituído relacionalmente (do indivíduo consigo mesmo), na esfera social ele destaca que "as normas são relativas umas às outras em um sistema, ao menos potencialmente. Sua correlatividade em um sistema social tende a fazer desse sistema uma organização, isto é, uma unidade em si, senão por si, e para si" (CANGUILHEM, 2009, p. 113).

Se na primeira parte da obra de Canguilhem (2009) há uma perspectiva de relatividade (teórico e ecleticamente influenciada por diversos autores, desde Immanuel Kant até as respostas às provocações de Michel Foucault) e, até mesmo, um certo vitalismo e organicismo, a segunda parte da obra amplia a argumentação em direção ao entendimento da organização social, fundada na correlatividade das normas. Essa seara (social), por sua vez, coloca exigências à história da vitalidade (os gêneros de vida), a partir da qual os modos de ser fisiológicos são enfrentados pelos indivíduos normativos em face das mudanças de seu estado.

Vejamos que, caso seja seguida a concatenação de Canguilhem (2009), a normatividade social instituída durante a pandemia passa a prescrever uma série de medidas (o uso de máscara, o isolamento social, o trabalho remoto, o ensino remoto etc.) que alteram a organização social, ainda que em um nível superficial das relações. Essa alteração imbrica-se à normatividade vital do indivíduo, uma vez que ele (o indivíduo) é demandado a redefinir (normatizar) seu estado em face de novos gêneros de vida em construção. Por esse prisma, as normas exigidas com a nova situação estabelecida socialmente não são anormais, mas diferentes e necessárias ao andar a vida, estabelecendo uma nova normalidade, diferente da anterior.

DEJOURS E A NORMALIDADE SOFRENTE

Partindo da psicodinâmica do trabalho, Dejours (1999) desenvolve seus argumentos sobre a banalização da injustiça social (com contundente influência de Hannah Arendt) como reflexo da "guerra sã" travada no neoliberalismo. Embora os propagandistas do neoliberalismo advoguem a favor da velha ideia de que a concorrência levaria os indivíduos a alguma forma de equilíbrio, Dejours (1999) argumenta que, inerentemente, esse modelo gesta poucos vencedores e muitos vencidos, constituindo o ponto fulcral para desvelar a injustiça daí decorrente.

A injustiça, na obra dejouriana, não se configura como uma mera derivação da esfera econômica, perspectiva sobre a qual o autor tece severas críticas. Sem ignorar a dimensão econômica do neoliberalismo e da injustiça que lhe é peculiar, Dejours (1999) direciona os seus esforços para o entendimento da dimensão subjetiva desse processo, consubstanciada nas condutas humanas. Para ele, mais do que apontar o caráter injusto do neoliberalismo, é preciso descortinar o porquê de tal injustiça ser tolerável e aceitável socialmente.

Nessa perspectiva, o sofrimento comparece como manifestação da banalização da injustiça, uma vez que a realidade demonstra não haver clivagem entre esses fenômenos (injustiça-sofrimento). A transmutação do sofrimento em algo cada vez mais aceitável é produto da visão que o desconecta da injustiça. Nesses termos, o sofrimento somente é capaz de gerar pena e solidariedade, em um horizonte empobrecido no que diz respeito as possibilidades de transformação social. Em termos opostos, conforme propõe Dejours (1999), o sofrimento como manifestação da injustiça social é capaz de gerar indignação, revolta e ímpeto de transformação das bases da injustiça.

A centralidade do trabalho dessa concatenação está presente não só pela discussão do emprego, quando a sua falta impulsiona a desigualdade social, com os desempregados lançados em uma espiral que os priva da satisfação de várias necessidades; mas essa articulação comparece ainda mais vívida quando diz respeito à injustiça entre aqueles que continuam a trabalhar. Vale ressaltar que o autor escreve a obra aqui referenciada em um cenário de transformação da sociedade francesa (mas também mundial), em face da reestruturação produtiva e, consequentemente, aumento do desemprego, subemprego, precarização do trabalho etc., acentuado desde a implosão do *Welfare State* europeu.

O mundo do trabalho em ebulição possibilitou a Dejours (1999) depreender articulações consistentes entre trabalho e sofrimento, considerando sua psicodinâmica. Nessa perspectiva, o autor avança em relação às articulações simplistas da psicopatologia do trabalho tradicional, sempre centradas em doenças mentais que teriam no trabalho um fator contributivo para se estabelecerem. Porém, o

sofrimento não necessariamente se constitui sob a forma de patologia psíquica ou doença mental, até porque a saúde mental não pode (ou não deveria) ser analisada pelo velho viés biologicista.

Com efeito, o sofrimento no trabalho se expressa em diversas situações que se tornaram cada vez mais comuns na dinâmica da reestruturação produtiva, a partir da década de 1970, a exemplo do medo da incompetência ante os novos desafios postos pelas metamorfoses do trabalho; a impossibilidade da execução das tarefas com precisão técnica, muitas vezes devido às contingências sociais gestadas pelo próprio modelo produtivo; ou a desesperança de reconhecimento no trabalho, o que acarreta a desmobilização subjetiva da inteligência do trabalhador.

Dejours (1999) desenvolve exemplos sobre essas situações, revelando como elas vão impactando a subjetividade do trabalhador, causando-lhe sofrimento. Contudo, esse sofrimento, muitas vezes, não se converte em "loucura", mas em algo que, bem ou mal, o trabalhador consegue conviver. O porquê de o trabalhador não enlouquecer apesar das pressões no trabalho, reveste o sofrimento de um caráter enigmático o qual Dejours (1999) tenta decifrar.

A solução do enigma vem com a proposição da categoria "normalidade sofrente", instituída, sobretudo (mas não somente), a partir das estratégias de defesa coletiva dos trabalhadores ante o sofrimento. Através dessas estratégias, os trabalhadores conseguem lidar com esse sofrimento, torná-lo aceitável e tolerável. São estratégias "necessárias a saúde mental contra os efeitos deletérios do sofrimento [...] [e] podem também funcionar como uma armadilha que insensibiliza contra aquilo que faz sofrer" (DEJOURS, 1999, p. 36).

A busca por processos ou "conquistas" compensatórias, a exemplo de algum tipo de reconhecimento, gera a sensação de que o sofrimento valeu a pena. Portanto, a normalidade sofrente não institui, necessariamente, a negação do sofrimento, mas, substancialmente, a sua aceitação ou "ressignificação". Devemos fazer a ressalva de que, para Dejours (1999), esse ato de tolerar (banalizar) o sofrimento não significa uma mera introjeção da dominação social, mas uma tentativa de seguir em frente apesar do sofrimento, abrindo caminhos para surgir, inclusive, o prazer pelo trabalho.

Esse ponto é decisivo para o argumento dejouriano, pois o trabalho é tomado, dialeticamente, como fonte de sofrimento e de prazer. Para o autor, o trabalho não é, monoliticamente, constituído apenas por relações de dominação, mas "mediador insubstituível da reapropriação e da emancipação" (DEJOURS, 1999, p. 97). Nesse processo de reapropriação pelo trabalho urge a questão do reconhecimento, como mecanismo de "retribuição simbólica que pode inscrever-se no âmbito da realização do ego, no campo social" (DEJOURS, 1999, p. 97).

Tendo isso em vista, ainda que o neoliberalismo implique injustiça e, não somente injustiça, mas a sua banalização, inclusive enquanto sofrimento no trabalho, a esfera da subjetividade pode conduzir a

caminhos que convertam sofrimento em prazer, em uma reconexão do trabalhador com aquilo que realiza, ainda que se mantenha a injustiça no plano de fundo.

Institui-se, então, uma espécie de normalidade soerguida das capacidades de defesa coletiva contra o sofrimento, o que se aproxima daquilo que Canguilhem (2009) afirma sobre a normatividade, enquanto capacidade do indivíduo estabelecer uma nova norma em face de um estado qualitativamente diferente, sendo que, em Dejours (1999), isso está articulado a uma construção coletiva através da luta – capaz de converter sofrimento em prazer.

Sob a ótica da teoria de Dejours (1999), abre-se um fértil terreno para interpretar as mudanças no cotidiano das coletividades, inclusive (sobretudo) no mundo do trabalho, quando intensificam e (re)criam formas de sofrimento. Schmidt *et al*. (2020) sintetiza alguns estudos sobre saúde mental na pandemia, revelando que os trabalhadores (em especial os da saúde) são os que mais apresentaram sinais de sofrimento mental, a exemplo do medo de se infectar ou infectar familiares. Em alguns casos, quadros de ansiedade, estresse, insônia, depressão e, até mesmo, suicídio, foram verificados.

Diante do sofrimento criado na nova situação, na esteira de Dejours (1999), a coletividade (nesse caso, os trabalhadores), lança mão de estratégias de enfrentamento, na busca por uma equalização (se não para convertê-lo em prazer, para, ao menos, trazer sensação de segurança). Essas estratégias podem variar desde a banalização da tragédia corolária à pandemia (comportando-se como se não tivesse medo de se infectar ou minimizando a gravidade de tal situação), até a reorganização do trabalho, inserindo elementos que sejam capazes de serem encarados, subjetivamente, como garantias de alguma segurança.

Neste último caso, destaca-se desde a suspensão de algumas atividades ocupacionais (veja-se o caso dos trabalhos ligados aos eventos esportivos ou aos shows artísticos) até a adoção de medidas que permitam a continuidade de outras atividades ocupacionais consideradas essenciais, ainda que reformuladas (pensemos, por exemplo, na organização do local de trabalho de atendimento ao público com agendamento de horários e reconfiguração espacial). Em todos esses exemplos, busca-se, coletivamente, reagir ao sofrimento causado pela nova situação, não necessariamente negando-a, mas buscando lhe atribuir um significado capaz de fazer o indivíduo seguir em frente, apesar do sofrimento.

A aproximação da discussão de normalidade entre os dois teóricos até aqui abordados emerge da relatividade diante das capacidades subjetivas de estabelecerem uma nova relação em face de um novo estado de coisas. É claro que Canguilhem e Dejours partem de focos diferentes, pois enquanto o primeiro, entre outras coisas, problematiza a capacidade normativa do indivíduo em face do estado patológico (e como isso se conecta com as normas da organização social), o segundo enfoca as estratégias de defesa dos trabalhadores na forma como lidam com o sofrimento no mundo do trabalho (central para a sociedade, na sua totalidade), passando a aceitá-lo ou, até mesmo, convertê-lo em prazer.

Em ambos os casos existem argumentos que podem contribuir para o entendimento do "novo normal", mas também limites em relação às possibilidades da subjetividade implicada nos processos reais. Sobre essas contribuições e limites trataremos a seguir, convidando Lukács ao debate.

A NORMALIDADE COTIDIANA SOB A ÉGIDE DO CAPITAL: REFLEXÕES A PARTIR DE LUKÁCS

A partir do que já foi discutido, devemos reconhecer que há elementos teóricos postos por Canguilhem e Dejours que, diante da contemporaneidade, podem fomentar interpretações sobre o "novo normal".

Grosso modo, seja sob o pensamento canguilhemiano, no qual o indivíduo ou o sistema social conseguem seguir em frente diante de um novo conteúdo de normas, ainda que em um estado qualitativo inferior ao anterior; seja sob o pensamento dejouriano, no qual coletivamente se criam as estratégias de defesa e, com elas, os caminhos para aceitar/tolerar o "novo normal" e o sofrimento a ele intrínseco; num caso ou noutro, estamos diante de processos que tem na subjetividade o momento preponderante.

O limite dessas perspectivas se assenta no entendimento do papel da subjetividade, por elas definido, em geral, com demasiada autonomia em face da prioridade ontológica da objetividade. A nosso ver, em outra perspectiva, a premissa ontometodológica imprescindível para explicar a forma como os indivíduos e os grupos humanos agem e pensam "normalmente" no cotidiano (em constante mutação) deve estar na construção da subjetividade no momento particular da exteriorização, no bojo do processo de objetivação, e como isso se dá em face da alienação na sociedade capitalista.

Lukács (2018) demonstra como se estabelece a relação objetividade-subjetividade ao tomar a categoria trabalho desde Marx, apreendendo, a partir daí, a processualidade do ser social na sua autoconstrução. Trata-se da discussão última de Lukács, desenvolvida em "Para a Ontologia do Ser Social", concebida como uma etapa preparatória para uma discussão ulterior sobre Ética, a qual nunca se concretizou plenamente. A ontologia lukacsiana emerge como uma das principais obras que recolocam o marxismo na direção de Marx, depreendendo as categorias teóricas enquanto determinações da realidade e, não, como meras construções lógico-formais.

Na perspectiva lukacsiana-marxiana, subjetividade e objetividade se determinam reciprocamente, embora a determinação predominante seja da objetividade. Essa concepção rompe com os subjetivismos desmedidos e, até mesmo, com a maioria das perspectivas marxistas que, de forma vulgar e mecânica, apenas "enxergam" a determinação da objetividade para com a subjetividade.

A chave para esse entendimento está na compreensão do trabalho como práxis original, logo, fundante do ser social (LUKÁCS, 2018). Como é sabido desde Marx (1988), o trabalho é atividade pela

qual o ser humano, motivado pelo atendimento de necessidades concretas, transforma a natureza em um produto que lhe é útil, portanto, com valor de uso. Por ser um processo teleologicamente direcionado, ainda que dentro das possibilidades da causalidade daquilo que se pretende transformar, o trabalho é sempre uma transformação de duas vias, posto que o ser humano, ao final do processo, também se transformou, adquirindo novas habilidades, novos conhecimentos e, sobretudo, criando possibilidades e necessidades no âmbito do ser social.

O processo de autoconstrução (com crescente complexificação) do ser social no bojo da práxis tem na teleologia um momento decisivo. Porém, a teleologia apenas é capaz de mover o ser social na história se for teleologia posta, entrelaçando-se com a causalidade (também posta) para que aquele projeto antes subjetivamente existente passe a existir objetivamente. Portanto, trata-se de um processo de objetivação, ainda que teleologicamente direcionado.

A objetivação não consiste em processo homogêneo, apesar de unitário; não é unidirecional, apesar de essencialmente resultar na modificação da realidade objetiva. Isso porque, em sua dinâmica, esse processo engloba um momento particular que diz respeito à retroação da objetividade sobre o sujeito. Esse momento particular consiste na exteriorização (*entäusserung*), peremptório para a constituição da individualidade. Embora a objetivação seja a responsável pela generidade do ser social, "a exteriorização [...] porta, por sua essência, os traços de uma singularidade, a objetivação de uma posição singular e tem, ao mesmo tempo, mediada através dessa objetivação uma força retroativa sobre o desdobramento da individualidade dos seres humanos em sociedade" (LUKÁCS, 2018, p. 364).

Tomando o trabalho como modelo de práxis, a exteriorização constitui aquele momento da objetivação no qual a história do produto do trabalho se distingue da história de seu criador. Por tal razão, as objetivações/exteriorizações conseguem criar possibilidades na realidade para além do próprio processo de trabalho, a exemplo dos atos teleológicos que os seres humanos precisam executar em face das alterações objetivas da realidade, no âmbito do lazer, das relações domésticas, da organização política e cultural etc.

Quanto mais objetivações, mais complexo e rico se torna o ser social na sua totalidade e mais fecundas são as possibilidades de conexão entre indivíduos e gênero humano, através dos momentos de exteriorização. Ou seja, "[...] apenas através da objetivação tem a exteriorização a tendência a se condensar em cada ser humano este em-si em um para-si, em uma continuidade controlável, criticável, relativamente regulável da autorrealização e, por isso, também do autoconhecimento" (LUKÁCS, 2018, p. 367).

A exteriorização, portanto, é sempre um processo positivo em face da complexificação do sujeito (e, obviamente, da esfera subjetiva). Todavia, essa condição insuprimível da práxis, assume um caráter

subordinado ante o antagonismo que caracteriza as sociedades de classes, em especial, no capitalismo, quando esse processo é levado às últimas consequências. Essa subordinação se traduz na priorização de objetivações/exteriorizações alinhadas aos interesses e necessidades da classe dominante e cria obstáculos para as conexões entre indivíduos e as potencialidades do gênero humano.

O processo fundante dessa clivagem relativa entre indivíduo e gênero se dá no fetichismo da mercadoria, quando os produtos de trabalho representam a predominância do valor sobre o valor de uso, do trabalho abstrato/alienado sobre o trabalho concreto. Nessas condições, a mercadoria assume a posição de eixo movente das relações sociais; isto é, mesmo sendo criatura dos seres humanos, ela passa a exercer uma dominação abstrata sobre seus criadores (MARX, 1988). O resultado desse processo, naquilo que nos interessa imediatamente nesse texto, é o empobrecimento dos momentos de exteriorização, conduzindo à alienação (*Entfremdung*) (LUKÁCS, 2018).

Se a exteriorização é sempre positiva, condutora do enriquecimento subjetivo do indivíduo face à totalidade social, a alienação no capitalismo representa o fundamento do processo de desumanização, da mudez do gênero humano. É a partir dela que as relações humanas se tornam relações entre coisas, entre representantes das mercadorias (e por elas dominados). Tal coisificação se desenvolve desde um nível autêntico, relevante sócio-historicamente, a exemplo do próprio fetichismo da mercadoria, até as coisificações espontâneas, expressas nas respostas condicionadas do cotidiano em geral (LUKÁCS, 2018).

O conjunto de coisificações espontâneas determinam reflexos condicionados do indivíduo, inclusive nas decisões e processos valorativos que efetiva. Portanto,

> Pois quanto mais a vida cotidiana dos seres humanos — ainda provisoriamente no sentido até agora indicado — cria formas de vida e situações de vida coisificadas, tanto mais facilmente os seres humanos da vida cotidiana tornam-se adaptados espiritualmente [...]. Acostuma-se com determinadas dependências coisificadas e se desenvolve em si — novamente: de modo possível, em média, não necessariamente social — uma adaptação geral também para com dependências alienadas. Agora, é claro que a coisificação, a transformação da reação à dadidade cotidiana puramente através de reflexos condicionados com o desenvolvimento das forças produtivas, com a socialização do cotidiano social mostra tendências crescentes: elas influenciam, por exemplo, o comportamento pessoal de um cocheiro de épocas anteriores bem menos do que a de um motorista de automóvel de nossos dias (LUKÁCS, 2018, p. 579).

Essa argumentação de Lukács (2018) lança luz sobre a constituição de certa normalidade cotidiana, enquanto um conjunto de reflexos condicionados e, por isso, expresso em formas de vida e situações de vida coisificadas. Há uma tendência de os seres humanos se adaptarem à vida cotidiana, convergindo para uma adaptação geral em relação às coisificações autênticas, à alienação, por conseguinte, sob a égide do capital.

Com isso, a autonomia relativa da subjetividade ante a objetividade, ontologicamente constituída, assume um caráter mesmo de subsunção emoldurada pela produção/reprodução capitalista. Obviamente, não significa que a subjetividade perca seu potencial de atividade na práxis em absoluto (normatividade para o entendimento particular canguilhemiano), mas que ela se encontra sob determinadas condições objetivas que não podem ser superadas pela mera atividade da consciência individual, atribuindo-lhe uma nova simbologia.

Quando apontamos os limites tanto em Canguilhem (2009) quanto em Dejours (1999), referíamo-nos, em um primeiro nível de abstração, ao limite inerente da subjetividade na práxis, apenas capaz de se complexificar pelas retroações da objetivação sobre o sujeito. Em um segundo nível de abstração (considerando o conjunto de coisificações), são ainda mais contundentes os limites do indivíduo no estabelecimento de um normal próprio ou mesmo de uma coletividade para a defesa contra o sofrimento, no horizonte de transformá-lo em prazer.

Nesse nível, a abstração é trazida para a concretude dos reflexos condicionados do cotidiano capitalista e, nessas condições, constata-se que os supostos "gêneros de vida" são situações e formas de vida coisificadas. Ainda nessas condições, a própria perspectiva coletiva do que seja o prazer tende a ser uma perspectiva coisificada. Portanto, ainda que para efeitos imediatos, a estratégia coletiva de defesa dos trabalhadores contra o sofrimento consiga dar vazão a essa forma determinada de prazer, crie formas de tolerar/banalizar a injustiça social ou de afastamento da loucura (como queria Dejours), em um horizonte mediato, ela retroalimenta a espiral de coisificações espontâneas, pois tal prazer coisificado pressupõe a reprodução das formas alienadas de trabalho e de vida.

A dialética do trabalho reside no fato de ele ser a práxis fundante do ser social (ou seja, pela qual se dá a autoconstrução humana) mas, ao mesmo tempo, degradar a humanidade quando subsumido ao capital. Que essa última condição permita uma certa maleabilidade de adaptação da subjetividade por dentro do *status quo*, travestida de prazer, não pode ser o elemento definidor das lutas dos trabalhadores e suas potências subjetivas. A luta não deve ser no sentido de converter o sofrimento em formas de reconhecimento e, como em uma espécie de *via crucis*, proporcionar prazer ao seu final. A luta da classe trabalhadora deve ser radicalmente oposta ao capital, no sentido de superar as bases alienantes do trabalho.

Uma ressalva importante é que a alienação conforme discutida por Lukács (2018), na esteira de Marx, diverge da discussão de alienação na "Banalização da injustiça social" de Dejours (1999). Nesta obra, ora Dejours se refere a alienação mental, no sentido dado pela psiquiatria, ora ele discorre sobre a alienação social como um processo que embora esteja ligado às relações de dominação do trabalho, pode ser enfrentado pela reapropriação do sujeito tornada possível pelos processos de reconhecimento

forjados no trabalho. Não discordamos que o trabalho seja "mediador insubstituível da reapropriação e da emancipação" (DEJOURS, 1999, p. 97), mas discordamos que o caminho para tal sejam os processos de reconhecimentos possíveis nessa forma de trabalho.

Isso porque a alienação, para Lukács (2018), não consiste em um processo originado na consciência, mas nas relações objetivas. Portanto, não é a tomada de consciência individual ou mesmo coletiva sobre a existência de um processo de alienação que faz com que os efeitos alienantes sejam suprimidos. A tomada de consciência é componente importante, mas insuficiente para transformar as bases objetivas da alienação e seus efeitos. Um trabalhador pode estar consciente da existência de processos alienantes, mesmo assim continuar sendo explorado, tendo mais-valia extraída de seu trabalho e subsumido àquilo que o capital demanda no processo produtivo e reprodutivo. Portanto, a superação da alienação, desde suas manifestações originais no capitalismo sob a forma de fetichismo da mercadoria, pressupõe o fim da exploração no trabalho, isto é, a emancipação do trabalho em relação ao capital e, por isso, a emancipação da subjetividade humana.

Podemos colocar algumas ponderações, no sentido de que os processos individuais ou coletivos de reconhecimento constituídos no nebuloso campo das consciências podem até ajudar a velar o sofrimento ou a lidar com seus efeitos pontuais. Isso porque, mesmo sob a alienação, a subjetividade humana continua operante, pode até alcançar objetivações/exteriorizações mais fecundas dentro da maleabilidade possível no capitalismo. Isto é, pode-se, inclusive, suspender as condicionalidades cotidianas e alcançar objetivações de maior potencial de conexão entre indivíduo e gênero humano, como as possibilidades constituídas nas práxis da arte, da filosofia, da ciência entre outras, mas que sempre serão parcelares, porquanto a emancipação ou a superação da clivagem entre indivíduo e gênero perpassa a transformação radical da forma de trabalho que funda a sociedade.

Entendendo as limitações que a objetividade põe para as respostas subjetivas, constata-se que a situação engendrada desde a pandemia se constitui como um "novo normal" que ainda está sob a égide do capital, que, decerto, expõe fragilidades dessa forma de organizar a vida social e que acirra os seus efeitos deletérios sobre a humanidade (individual e coletivamente), mas que permanece em uma dinâmica favorável ao capital, expressando sua natureza inerentemente contraditória (de reprodução pela ameaça a si mesmo).

A partir da pandemia, o debate sobre as desigualdades sociais se intensificou. Ou seja, sobre como as pessoas tinham condições diferentes de enfrentarem a pandemia, por exemplo: não podendo ficar em casa pois precisam ganhar o sustento diário, não conseguindo adotar medidas preventivas de distanciamento e de higiene, pois seus domicílios não tinham a estrutura pertinente ou porque precisavam tomar transporte público lotado, entre outras inúmeras situações (SOUZA, 2020).

Mesmos assim, as supostas novas normas sociais continuaram amplificando as desigualdades. Vejamos que, enquanto professores e alunos sofriam com o ensino remoto ou entregadores de *app* se expunham à contaminação, os grandes grupos tecnológicos por trás das ferramentas que viabilizaram essas atividades continuaram a aumentar seus lucros. Outro caso importante está no próprio complexo médico-industrial/financeiro, que embora tenha desafios na ponta dos serviços colapsados, conseguiu se movimentar (e lucrar) na produção e abastecimento de insumos hospitalares ou na corrida especulativa em torno da produção da vacina.

O "novo normal", portanto, representa a continuidade da exploração da classe trabalhadora e da desigualdade social, ainda que demonstre que o sistema do capital está em crise e que é uma forma de sociabilidade inviável em uma perspectiva de futuro. Apesar disso, o capital segue sua "normalidade" caótica, o que impulsiona os processos de coisificação e, consequentemente, a alienação dos indivíduos. Obstam-se, assim, as exteriorizações que constituem o indivíduo enquanto sujeito, afastando-o das potencialidades do gênero humano em constante complexificação. As exteriorizações suscitadas desse "novo normal" são imposições para a adaptação do indivíduo e das coletividades àquilo que mantém o essencial da organização social vigente.

REFERÊNCIAS

BERNABEU-MARTINEZ, M. A. *et al*. "La "nueva normalidad": ¿qué opinan nuestros pacientes?". **Hospital a Domicilio**, vol. 4, n. 4, 2020.

BONACINI, L.; GALLO, G.; SCICCHITANO, S. "Working from home and income inequality: risks of a 'new normal' with COVID-19". **Journal of Population Economics**, vol. 34, 2021.

CAHAPAY, M. B. "Rethinking Education in the New Normal Post-COVID-19 Era: A Curriculum Studies Perspective". **Aquademia**, vol. 4, n. 2, 2020.

CANGUILHEM, G. **O normal e o patológico**. Rio de Janeiro: Editora Forense Universitária, 2009.

COELHO, M. T. A. D.; ALMEIDA FILHO, N. "Normal-patológico, saúde-doença: revisitando Canguilhem". **Physis: Revista de Saúde Coletiva**, vol. 9, n. 1, 1999.

DEJOURS, C. **A banalização da injustiça social**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1999.

JAMALUDIN, S. *et al*. "COVID-19 exit strategy: Transitioning towards a new normal". **Annals of Medicine and Surgery**, vol. 59, 2020.

LUKÁCS, G. **Para a ontologia do ser social**. Maceió: Editora Coletivo Veredas, 2018.

MARX, K. **O capital**: crítica da economia política. São Paulo: Editora Nova Cultural, 1988.

PINTO, E. C. “O ‘novo normal’ da economia mundial e o Brasil: crise e perspectivas comparadas”. **Revista do Conselho Federal de Economia**, vol. 8, n. 20, 2016.

RAB, S. *et al*. “Face masks are new normal after COVID-19 pandemic”. **Diabetes and Metabolic Syndrome: Clinical Research and Reviews**, vol. 14. n. 16, 2020.

SCHMIDT, B. *et al*. “Saúde mental e intervenções psicológicas diante da pandemia do novo coronavírus (COVID-19)”. **Revista Estudos de Psicologia**, vol. 37, 2020.

SENHORAS, E. M. “Coronavírus e educação: análise dos impactos assimétricos”. **Boletim de Conjuntura (BOCA)**, vol. 2, n. 5, 2020.

SOUZA, D. G.; MIRANDA, J. C. “Desafios da implementação do ensino remoto”. **Boletim de Conjuntura (BOCA)**, vol. 4, n. 11, 2020.

SOUZA, D. O. “A pandemia de Covid-19 para além das ciências da saúde: reflexões sobre sua determinação social”. **Revista Ciência e Saúde Coletiva**, vol. 25, n. 1, 2020.

TRIA, J. Z. “The COVID-19 Pandemic through the Lens of Education in the Philippines: The New Normal”. **International Journal of Pedagogical Development and Lifelong Learning**, vol. 1, n. 1, 2020.



BOLETIM DE CONJUNTURA (BOCA)

Ano V | Volume 13 | Nº 39| Boa Vista |2023

http://www.ioles.com.br/boca

Editor chefe:

Elói Martins Senhoras

Conselho Editorial

Antonio Ozai da Silva, Universidade Estadual de Maringá

Vitor Stuart Gabriel de Pieri, Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Charles Pennaforte, Universidade Federal de Pelotas

Elói Martins Senhoras, Universidade Federal de Roraima

Julio Burdman, Universidad de Buenos Aires, Argentina

Patrícia Nasser de Carvalho, Universidade Federal de Minas Gerais

Conselho Científico

Claudete de Castro Silva Vitte, Universidade Estadual de Campinas

Fabiano de Araújo Moreira, Universidade de São Paulo

Flávia Carolina de Resende Fagundes, Universidade Feevale

Hudson do Vale de Oliveira, Instituto Federal de Roraima

Laodicéia Amorim Weersma, Universidade de Fortaleza

Marcos Antônio Fávaro Martins, Universidade Paulista

Marcos Leandro Mondardo, Universidade Federal da Grande Dourados

Reinaldo Miranda de Sá Teles, Universidade de São Paulo

Rozane Pereira Ignácio, Universidade Estadual de Roraima